

# Clipping CARF

Matérias dos jornais com denúncias no CARF

**20/12/2015**

Época On Line

## **Lula terá de prestar dois depoimentos em breve**

20/12/2015

*Oitivas serão na operação Zelotes e em inquérito sobre Grupo Schahin; Guido Mantega também será ouvido*

O ex-presidente Lula terá de prestar mais dois depoimentos em breve. Um na investigação da Operação Zelotes e outro no inquérito que envolve irregularidades do Grupo Schahin. O caso, que estava praticamente esquecido, voltou à baila quando o dono do grupo, o empresário Salim Schahin, disse ter perdoado uma dívida da campanha de Lula em 2006 em troca de um contrato com a Petrobras. Só em 2015 Lula já foi ouvido em três depoimentos.

O ex-ministro da Fazenda Guido Mantega também terá de prestar depoimento na Zelotes. A Polícia Federal quer apurar indícios de lobby em decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o **Carf**, e na aprovação de medidas provisórias no Congresso. Ele irá na condição de testemunha

Correio do Estado

## **Ministra do STF nega pedido de filho de Lula para ter acesso a investigação**

20/12/2015

*PF apura suposto pagamento de propina para aprovar medida provisória*

A ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármen Lúcia negou no sábado (19) pedido do empresário Luís Cláudio Lula da Silva, filho caçula do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para ter acesso à íntegra do inquérito no qual é investigado na Operação Zelotes. As investigações são mantidas sob sigilo.

Em outubro, um escritório onde funcionam empresas dele em São Paulo foi alvo de busca e apreensão pela Polícia Federal, dentro de uma apuração sobre o suposto pagamento de propina para aprovar medida provisória em favor da indústria automotiva.

Segundo as investigações da Zelotes, as empresas de marketing esportivo dele receberam R\$ 2,5 milhões em pagamentos da Marcondes e Mautoni, banca de advogados especializada na representação de montadoras automotivas em entidades do setor, como a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos (Anfavea) e o Sindicato Nacional da Indústria de Veículos (Sinfavea).

No pedido ao STF, apresentado em novembro, os advogados de Luís Cláudio argumentaram que o direito de defesa foi prejudicado porque eles não tiveram acesso a todo o material. "É inadmissível que o reclamante e seus defensores, em meio a uma operação desta magnitude, tenham acesso tão somente às informações previamente recortadas pela autoridade policial!", dizia a peça.

A ministra Cármen Lúcia, porém, negou a concessão de liminar. O teor da decisão dela não foi divulgado.

**Indícios**

Relatório da Polícia Federal aponta indícios de que os relatórios entregues pela empresa de Luís Cláudio à empresa de Mauro Marcondes teriam sido feitos para justificar o repasse de valores.

Apesar de ter recebido R\$ 2,5 milhões pelo serviço, a PF identificou que a consultoria de Luís Cláudio usou textos da Wikipedia e de outras fontes da internet, entre elas uma tese de doutorado apresentada na Universidade de Brasília, para elaborar o estudo contratado.

A defesa do empresário nega que tenha havido irregularidades em serviços prestados pelo empresário e diz que a conclusão da PF de que ele reproduziu conteúdo da internet em consultoria é im procedente e descabida .

**Zelotes**

Deflagrada em março pela Polícia Federal, a Operação Zelotes inicialmente investigava fraudes em julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Federais (**Carf**), órgão ligado

ao Ministério da Fazenda que julga recursos a cobrança tributárias. Segundo o Ministério Público, empresas teriam atuado junto a conselheiros do órgão para que multas aplicadas a elas fossem reduzidas ou anuladas.

Com o desenrolar das apurações, a Zelotes passou a apurar também negociações suspeitas envolvendo três medidas provisórias. Os investigadores descobriram, por exemplo, que uma das empresas que atuava no órgão recebeu R\$ 57 milhões de uma montadora de veículos entre 2009 e 2015 para aprovar emenda à Medida Provisória 471 de 2009, que rendeu a essa montadora benefícios fiscais de R\$ 879,5 milhões. Junto ao **Carf**, a montadora deixou de pagar R\$ 266 milhões

**21/12/2015**

Valor Econômico

## **Crise política fez Levy trabalhar duro para obter poucos avanços**

Valor Econômico - 21/12/2015

Tainara Machado | De São Paulo

Com um ritmo de trabalho estafante durante seus 347 dias à frente do Ministério da Fazenda, Joaquim Levy obteve algumas vitórias suadas e sofreu várias derrotas na tentativa de colocar de pé a estratégia de ajuste fiscal do governo.

Levy iniciou sua gestão com metas ambiciosas e medidas consideradas surpreendentes por irem na contramão do que havia sido defendido por Dilma Rousseff durante a campanha presidencial, como a mudança nas regras de acesso ao seguro-desemprego e ao abono salarial. Ao longo do ano, com a deterioração da crise política no Congresso e das divergências dentro da própria equipe de governo, foi ficando cada vez mais claro o esforço hercúleo que o ministro precisava fazer para obter qualquer pequeno avanço.

Dilma deu aval para que Levy rediscutisse o tamanho do BNDES, liberasse preços de combustíveis e tarifas de energia e desse fim à desoneração da folha de pagamentos, temas caros à presidente. No dia a dia, porém, nem sempre a relação foi sem atritos. Em fevereiro, Levy disse que a desoneração era "grosseira", uma "brincadeira que nos custa R\$ 25 bilhões", e teve que voltar atrás no dia seguinte, ao classificar as afirmações como infelizes.

À medida que a fragilidade da economia e o tamanho do passivo fiscal deixados pela gestão anterior ficaram mais evidentes, porém, Levy foi perdendo algumas batalhas. Ao anunciar o contingenciamento do Orçamento de 2015, em maio, uma disputa interna com Nelson Barbosa, então no Ministério do Planejamento, fez com que Levy alegasse uma gripe para não comparecer ao anúncio.

Em julho, quando ficou claro que a meta de 1,2% de superávit primário não seria cumprida, a revisão foi alvo de polêmica. A decisão de reduzir a meta no ano para 0,15% do PIB, com possibilidade de déficit caso algumas receitas extraordinárias não se concretizassem, desencadeou forte piora das expectativas.

Levy chegou a formular, com o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), uma Agenda Brasil, com propostas para tirar o país da crise, que contemplavam projetos de arrecadação extraordinária, como a repatriação de recursos no exterior, e reformas estruturais, como a da Previdência. Diante de um Congresso conflagrado por denúncias de corrupção no âmbito da Operação Lava-Jato, porém, apenas parte pequena das medidas foi aprovada até dezembro.

A divergência entre Fazenda e Planejamento sobre a intensidade do ajuste fiscal que deveria ser perseguido ao longo de 2016, diante das dificuldades políticas, ficou explícita em setembro. Levy era contra enviar ao Congresso proposta de Orçamento com déficit de 0,5%, mas a presidente Dilma Rousseff apoiou a decisão. A consequência foi o rebaixamento da nota de risco soberano pela agência de classificação de risco Standard & Poor's.

Dez dias depois, o governo federal anunciava novo pacote fiscal, que dessa vez propunha a recriação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), com alíquota de 0,2%, tributação de ganhos sobre capital e apropriação de recursos que iriam para o Sistema S.

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), deixou claro que não deixaria avançar a CPMF - que até agora não foi aprovada. A forte oposição das federações industriais, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), por outro lado, fez com que o projeto do Sistema S fosse rapidamente abandonado.

A economia em queda livre também engordou o time dos opositores com um nome de peso: o ex-presidente Lula. Em novembro, interlocutores davam como certo que o ex-presidente do Banco Central Henrique Meirelles iria para a Fazenda por indicação dele.

Levy ficou, depois de manifestação pública de apoio da presidente Dilma, mas a situação do ministro era cada vez mais frágil. Outro embate sobre o Orçamento de 2016, dessa vez antes da votação da meta que constaria na Lei de Diretrizes Orçamentárias, opôs Levy à Barbosa. Em reuniões com deputados, Levy havia dito que deixaria o governo, caso a meta ficasse abaixo de 0,7% do PIB. Com a necessidade de recuperação das bases populares de apoio diante da abertura do processo de impeachment, o governo preferiu patrocinar uma banda fiscal, com primário que poderia ir de zero a 0,5% do PIB, retomando o expediente de abater despesas com investimentos da gestão anterior. Foi o gatilho para que a Fitch também retirasse o selo de bom pagador do Brasil.

Aí reside a maior ironia do fim de sua gestão: no fim das contas, após o rebaixamento pela Fitch, abandonou-se a ideia de um abatimento da meta e com isso o número final ficou muito mais próximo de ser uma vitória do que uma derrota para Levy. Mas ele não voltou atrás em sua decisão de deixar o governo.

Em documentos recentes, o Ministério da Fazenda vinha defendendo que o trabalho desse ano não se resumiu a ajuste fiscal, ao elencar uma série de medidas tomadas ao longo do ano para melhorar a eficiência da economia, como a retomada de negociação de acordos de livre comércio, a proposta de nova legislação para acelerar as concessões e a reorganização do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), além do realismo tarifário nas contas de luz.

Na gaveta, o ex-ministro deixa algumas reformas engatilhadas, como a do ICMS e o projeto de lei que acaba com a cumulatividade do PIS e da Cofins, parado na Casa Civil. São dois grandes marcos que Levy gostaria de ter visto aprovados ainda em sua gestão.

Revista Época

## Coluna - Expresso

Revista Época - 21/12/2015

Murilo Ramos

Na cola

Pelas beiradas

Procuradores da Lava Jato avançam na investigação envolvendo o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o governador de Alagoas, Renan Filho. A propósito, a ida da Polícia Federal ao diretório do PMDB em Maceió, durante a Operação Catilinárias, na terça-feira, está mais relacionada à apuração de fatos sobre o financiamento da campanha de Renan Filho ao governo que a problemas de seu pai.

Sem entender

Nem Michel Temer nem Eduardo Cunha entendem bem por que Renan anda tão agressivo com eles e tão gentil com a presidente Dilma Rousseff. Desconfiam que Renan queira ajuda do Planalto para ser blindado na Lava Jato. Mas Temer e Cunha acham que Renan não poderá ser ajudado por Dilma.

Na trincheira

Por um momento, Eduardo Cunha chegou a cogitar se afastar da presidência da Câmara e negociar a preservação de seu mandato.

Diante do que considerou um massacre da Procuradoria-Geral da República contra ele, incluindo o pedido de afastamento, Cunha avaliou que o melhor é permanecer onde está e ir até o fim com as armas que tem.

Líder de brinquedo

A interlocutores, Cunha diz que derrubará Leonardo Picciani da liderança do PMDB na Câmara na volta do recesso parlamentar. Picciani será líder só nas férias.

Questão de imagem

O PMDB sempre sofreu com a pecha de fisiológico, mas os profissionais que acompanham a reputação do partido nas redes sociais estão preocupados com a associação da legenda com Eduardo Cunha, o encrencado presidente da Câmara. As citações negativas à legenda dispararam.

"Caceteado"

E assim que o vice-presidente da República, Michel Temer, diz se sentir em relação à versão de que conspira contra a presidente Dilma.

### Solução micro-ondas

Jogar celulares e tablets em fornos de micro-ondas e ligar na potência máxima tão logo a Polícia Federal bata à porta é a fórmula contra as apreensões, brincavam deputados peemedebistas após a visita da PF à residência de Eduardo Cunha na Operação Catilíneas na terça-feira passada.

### Quem te viu...

O ministro do STJ Ribeiro Dantas foi lembrado recentemente por um emissário do Ministério Público que, enquanto esteve no TRF da 5ª Região, não dava frescos a réus presos. Já ao assumir a relatoria da Lava Jato no STJ, votou pela liberdade de Marcelo Odebrecht. Na semana passada, o ministro desistiu de relatar os processos.

### Sem papo

De plantão durante o recesso parlamentar, o presidente do STJ, Francisco Falcão, não concederá habeas corpus a nenhum investigado da Lava Jato.

### Sem papo 2

De plantão durante o recesso parlamentar, o presidente do STF, Ricardo Lewandowski, não concederá habeas corpus a nenhum investigado da Lava Jato.

### Mesmo assim

Antônio Figueiredo Basto, advogado do senador Delcídio do Amaral, tem dito a amigos que terá a ajuda do governo para soltar seu cliente. Enquanto isso, funcionários de Delcídio se organizam para visitar o chefe.

### Pensando nas palavras

### Cliente preferencial

O ex-presidente Lula terá de prestar mais dois depoimentos em breve. Um na investigação da Operação Zelotes e outro no inquérito que envolve irregularidades do Grupo Schahin. O caso de 2009, que estava praticamente esquecido, voltou à baila quando o dono do grupo, o empresário Salim Schahin, disse ter perdoado uma dívida da campanha de Lula em 2006 em troca de um contrato com a Petrobras. Só em 2015 Lula já foi ouvido em três depoimentos.

### Tem japonês no samba

Os quatro compositores da "Marchinha do japonês", que bombou na internet com uma sátira sobre o trabalho do agente da PF que acompanha os presos da Lava Jato em Curitiba, fecharam um contrato com a editora musical Irmãos Vitale. Em atividade há mais de 90 anos e cujo catálogo reúne expoentes da MPB - Pixinguinha, Vinícius de Moraes e Roberto Carlos -, a editora vai gerenciar as obras do quarteto, por enquanto restrita a poucas marchinhas parodiando políticos. Uma delas é sobre a "tia Wilma e a bicicleta". Adivinhe quem é Wilma?

### Na fila

O ex-ministro da Fazenda Guido Mantega também terá de prestar depoimento na Zelotes. A Polícia Federal quer apurar indícios de lobby em decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o **Carf**, e na aprovação de medidas provisórias no Congresso. Irá na condição de testemunha.

### Caminhão de prestígio

A PF analisa uma carta (sem data do lobista Mauro Marcondes, preso na Operação Zelotes, endereçada ao presidente da Scania na América Latina. No documento, Marcondes sugere seu próprio nome para dirigir a companhia no Brasil por ter "prestígio junto à pessoa do Presidente da República, de Ministros de Estado...". A empresa de Marcondes pagou R\$ 2,5 milhões ao filho caçula, Luís Cláudio.

### Chegando junto

Estão avançadíssimas as negociações para que Jair Bolsonaro deixe o PP e migre para o PSC. À frente da sigla, o Pastor Everaldo quer Bolsonaro para concorrer à Presidência em 2018.

### Cheque especial?

Em desespero, o Planalto comunicou à cúpula do Congresso que estuda utilizar dinheiro das reservas — US\$ 370 bilhões - do Banco Central para realizar investimentos e reaquecer a economia. Nelson Barbosa endossa?

### Carga pesada

Sem dinheiro, a Aeronáutica vai ter de esperar mais um ano, pelo menos, para receber dois protótipos do KC-390, avião cargueiro da Embraer. O novo prazo estipulado pelo governo é 2018. Mas na verdade ninguém conta com isso. Todo o projeto, que prevê a aquisição de 28 unidades, custará mais de R\$ 10 bilhões.

## Depois da Zelotes, o "novo" Carf abre suas portas

21/12/2015

Discussões polêmicas com altos valores envolvidos, sessões que entraram noite adentro, muitos pedidos de vista e turmas incompletas marcaram a primeira semana de julgamentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), depois da paralisação decorrente da Operação Zelotes. As características da retomada foram reflexos da turbulência que marcou o tribunal administrativo em 2015.

O ano que termina foi atípico para advogados tributaristas e auditores fiscais que atuam no conselho. Afinal de contas, os julgamentos foram suspensos por quase nove meses, período em que o Ministério da Fazenda adotou medidas para tentar recuperar a credibilidade abalada com as denúncias de compra de decisões, manipulação de julgamentos e prisão de ex-conselheiros.

+JOTA: O segredo que não tem segredo

+JOTA: À PF, Lula fala sobre indicações políticas para a Petrobras

Enquanto o Senado dava andamento a uma pouco produtiva Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), a Fazenda "vendia" um "novo Carf". O regimento interno foi reescrito, o número de turmas enxugado, a distribuição de processos agora é eletrônica e os conselheiros representantes dos contribuintes passaram a ser remunerados por sessão que participa.

A gratificação de até R\$ 11,2 mil e a consequente decisão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de proibir advogados de atuar como julgadores do Carf levaram a uma debandada de representantes dos contribuintes, e a renovação quase integral da composição.

Enquanto isso, a instabilidade na relação Congresso-Executivo fez o governo esperar seis meses pela liberação da verba para pagar os conselheiros em 2015, medida essencial para a retomada dos julgamentos. Com a previsão da rubrica na lei orçamentária no final de novembro, muitos acreditavam que o Carf estaria pronto para recomeçar em 2016.

Mas o governo tinha pressa de retomar os trabalhos do tribunal que conta com um estoque de processos da ordem de R\$ 500 bilhões. Sob a presidência do ex-secretário da Receita Federal, Carlos Alberto Barreto reuniu seus conselheiros entre os dias 7 e 11 de dezembro, com a tarefa de analisar uma pauta de mais de 1,5 mil processos.

+JOTA: 2015 mostrou que democracia está madura, diz Janot

As pautas de julgamentos foram publicadas com tributaristas preocupados com os efeitos da troca de conselheiros nas decisões. Havia o receio de alteração de jurisprudência beneficiando o Fisco ou falta de experiência na análise de casos tributários complexos.

Parte das críticas, conforme apurou o JOTA, prevaleceram após o término da primeira semana de julgamentos. Em algumas turmas, as discussões sobre os processos ficaram circunscritas aos conselheiros veteranos, em sua maioria representantes do Fisco. Muitos casos importantes saíram de pauta por pedidos de vista dos novos julgadores.

"A inexperiência se traduziu em pedidos de vista", resumiu um advogado ao JOTA.

Barreto, porém, apresentou ponto de vista distinto. "Tanto nas turmas quanto nas câmaras superiores eram esperados pedidos de vista, mas [o que realmente ocorreu] não destoou da média", disse.

Para o presidente do Carf, "é natural" que a troca de conselheiros possa alterar a jurisprudência, o que, para ele, não aconteceu na semana de retomada.

Tributaristas também se preocuparam com o fato de, na semana de dezembro, terem sido disponibilizadas apenas vistas coletivas aos processos. Isso significa que, quando o caso voltar, nenhum outro conselheiro poderá retirar o processo de pauta para analisá-lo melhor.

Para advogados que atuam no Carf, o fato demonstra que as primeiras sessões de 2016, quando o conselho volta do recesso, serão recheadas de decisões em casos vultuosos.

Falta gente

A saída de conselheiros também refletiu na composição das sessões. O Carf voltou à ativa com vagas em aberto, o que afetou a paridade entre contribuintes e Fisco em algumas turmas. A 2ª Turma da 4ª Câmara da 1ª Seção, por exemplo, analisou casos com quatro dos seis conselheiros previstos na composição original, sendo que apenas um deles representava os contribuintes.

Um dos processos previstos para análise da turma discute aproveitamento de ágio pelo Banco Volkswagen, que totalizava R\$ 100 milhões. O caso, porém, foi retirado de pauta antes do início do julgamento.

Liminares

A decisão da OAB que entendeu a função de julgador do **Carf** incompatível com a advocacia motivou duas conselheiras que representam os contribuintes a procurar a Justiça. Ambas pediram para não entregarem as carteiras da Ordem na primeira semana de julgamentos. As conselheiras Valdete Aparecida Marinheiro e Luciana Mattos Pereira Barbosa conseguiram liminares para continuar na advocacia até que a OAB finalize o julgamento dos embargos de declaração relacionados à questão da incompatibilidade.

A ausência de conselheiros e as liminares eram assuntos frequentes nos corredores do tribunal, assim como a impossibilidade de pedir preferência de julgamentos na primeira semana. O mecanismo é utilizado por advogados para "mexer" na ordem de julgamento, colocando na frente casos nos quais os representantes das partes estão presentes para acompanhar ou fazer sustentações orais.

Na primeira sessão de julgamentos, porém, os pedidos não puderam ser feitos. Advogados reclamaram por terem ficado nas salas de sessões assistindo a casos nos quais não havia nenhum representante presente. Um tributarista narrou que chegou a perder a festa de fim de ano do escritório, em São Paulo, porque teve que atrasar o voo de volta.

As "esperas" também foram causadas pelo tamanho das pautas. A 1ª Turma da Câmara Superior, por exemplo, só conseguiu finalizar seis dos 11 temas escolhidos pela presidência. Foram adiados casos envolvendo assuntos polêmicos, como Juros Sobre Capital Próprio (JCP) e tributação de lucros no exterior.

Segundo Barreto, o problema foi restrito às câmaras superiores. "As turmas ordinárias julgaram a maioria dos processos pautados", disse.

Meio bilhão

Cumprindo o que já havia anunciado antes da volta dos julgamentos, o presidente do **Carf** pautou casos grandes e polêmicos para a primeira semana. Sobre ágio foram selecionados casos envolvendo empresas como a Natura, o Banco Cacique e a Companhia Energética de Pernambuco (Celpe), que somam, no mínimo, R\$ 500 milhões. A maioria dos processos foi retirado de pauta após pedido de vista.

A 3ª Turma da Câmara Superior julgou ainda - de forma desfavorável às empresas - caso sobre a tributação de distribuidoras de energia elétrica. O precedente desfavorável deverá ser replicado em cerca de cem casos sobre o tema em tramitação no **Carf**.

O Santander também teve um caso analisado, de aproximadamente R\$ 120 milhões. O caso foi julgado de forma favorável à Fazenda Nacional, e a maioria dos conselheiros da 1ª turma da Câmara Superior entendeu que deve ser aplicada a trava de 30% para aproveitamento de prejuízo fiscal na incorporação de empresas.

Zelotes, uma questão do passado?

Pouco se falou da Operação Zelotes na semana de retomada do **Carf**. Em seu discurso de abertura, Barreto disse que quer "recuperar a reputação e a imagem da instituição". Depois disso, não tocou mais no assunto.

Veja a cobertura completa do JOTA sobre a Zelotes

Também não foram alvos de comentários pelo presidente ou pelos conselheiros os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do **Carf**, finalizada em 3 de dezembro. Os senadores que compunham a comissão foram enfáticos ao afirmar que deverão acabar com a paridade no conselho.

Tramita no Senado a PEC 112 proposta pelo presidente da CPI, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), que prevê o ingresso no **Carf** apenas por concurso público, sem a distinção entre conselheiros do Fisco ou dos contribuintes.

Com uma expectativa de andamento rápido, a tramitação da proposta foi atingida pela ciranda de surpresas que marcaram 2015. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, José Maranhão (PMDB) procura agora um novo relator para a proposta, depois que o antigo, senador Delcídio do Amaral, foi preso na Operação Lava Jato.